



NOTA DE IMPRENSA

Lisboa, 24 de Abril de 2015

ASSUNTO: Sobre o (des)Acordo Ortográfico na Língua Portuguesa

No próximo dia 13 de Maio de 2015, segundo os que estão a favor, ou no próximo ano, a 22 de Setembro de 2016, segundo outros que estão contra, termina o período de transição estabelecido para a implementação do Acordo Ortográfico (AO) de 16 de Dezembro de 1990.

Se a primeira data tem conotações religiosas, dando-se a César o que não é de César, a segunda coincide com a ausência de poluição, onde todos devem «andar a pé e de bicicleta», uma iniciativa tão desajustada, em DIA EUROPEU SEM CARROS, como o Acordo Ortográfico.

A Fundação Lusíada corrobora a convicção de muitos portugueses de que o AO foi um «desaire» diplomático e político, não só a nível da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) bem como internacional face aos objectivos a que se propunha. Se Angola manifesta repugnância em avocar o AO e o Brasil foge dele como o «diabo da cruz» para o aplicar, também não é menos verdade que seria utópico congregarmos a Guiné Equatorial ou impôr grafias a um Moçambique aderente há muito ao *Commonwealth*, senão mesmo colidirmos com o espírito do Common European Framework of Reference for Languages (CEFRL).

Também parece faltarem «sábios» para produzir uma Gramática Histórica Portuguesa para o século XXI, onde uma diáspora e países de muitos milhões falam o português, fixando-se o Governo de Portugal em impôr um AO contra tudo e contra todos, até mesmo, segundo muitos juristas, contra a Constituição da República Portuguesa.

Assistiu o Presidente da Fundação Lusíada, como mero observador anónimo, no passado dia 14 de Abril de 2015 a um Fórum sob a égide de docentes e alunos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, saindo dele com o reforço convicto de uma inequívoca e mental resistência à ditatorial imposição governamental de prevalecer a vontade de escasos académicos, sem a plenitude de apoio das Academias ou Universidades e Escolas onde pertencem ou leccionam, à flexibilidade do falar e escrever dos povos de língua portuguesa.

Ao longo de sete meses e em sete sessões respectivas promoveu a Fundação Lusíada, a discussão temática OITO SÉCULOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, extraindo-se das suas CONCLUSÕES lógicas adversidades e violações grosseiras gramaticais inseridas no actual AO.

Além de ter sido aprovado durante as sessões referidas que se propusesse:

I - Que seja implementada a existência de um Dicionário e de uma Gramática de Língua Portuguesa em todos os Lares familiares e Casas por Lusos habitadas.

II - Ser criado em Portugal um TRIBUNAL DA LÍNGUA (no seguimento do que aliás já existe em outros países em relação a suas línguas pátrias).

III - Deverá ser alertada a C.P.L.P. para o facto do perigo que resulta e pode advir mesmo para a sua continuidade e evolução, de sub-repticiamente ser metido dentro dela, um novo “Cavalo de Tróia” que seria representado por um pretenso Acordo-Ortográfico, que mais redundaria em “bomba relógio” de “desacordo interno” nocivo e desgastante da própria Língua Portuguesa, que é afinal ela, o núcleo central da existência e da vivência da C.P.L.P.

IV - Que o Governo Português suspenda de imediato a entrada do A.O. de 1990, até este estar plenamente ratificado por todas as Assembleias Nacionais dos respectivos nove países que têm a língua portuguesa como língua oficial. Pois caso contrário as classes estudantis e mais jovens serão as grandes vítimas da entrada em vigor do A.O., com todas as consequências que de futuro advirão, e da confusão ortográfica que forçosamente se instalará, e que em última análise será desgastante para a vida normal e quotidiana de todos os povos da C.P.L.P. e da Diáspora Lusa.

Pelo exposto, seja ou não possível rever a posição oficial do Governo Português, a Fundação Lusíada, continuando a fomentar as Humanidades na CPLP, como há mais de 29 anos o faz, mesmo até na área da filantropia e mecenato, expressa a sua Mensagem, plagiando um extracto inserido no Novo Dicionário da Língua Portuguesa de António Cândido de Figueiredo (1846-1925), onde o apelo aos consensos prévios sempre foi essencial:

... “Como se vê, e certamente no conceito de quantos se interessam pela língua portuguesa e pelo lustre da ciência, porque nenhuma ciência brilha, coberta de remendos, a revisão do nosso vocabulário geográfico não é apenas conveniente, é necessária.

«Não falta quem possa corrigir abusos, modificar usanças injustificáveis, normalizar praxes autorizadas.

«Não basta porém a competência individual. Tarefa tal tem de ser colectiva, para se não evitar a discussão, e para que as conclusões tenham responsabilidade ampla e, portanto, mais autoridade que uma voz insulada, por mais alto que sôe”

18-IX-98. Revista Portuguesa Colonial e Marítima, de 20 de Outubro de 1898

É esta a MENSAGEM que a Fundação Lusíada apresenta a Vossas Excelências, Excelentíssimas Altas Entidades da CPLP e Altos Dignitários, Directores e Chefes de Redacção, dos Órgãos de Comunicação Social que escrevem e falam esta flexiva língua indo-europeia, na vocalização autónoma do itálico europeu, o PORTUGUÊS.

Com a gratidão de uma melhor atenção e os respeitosos cumprimentos,

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO LUSÍADA

Abel de Lacerda Botelho